

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO:	O Globo	2
	Título: Fator Lewandowski	2
VEÍCULO:	Folha de S. Paulo	2
	Título: Mais importante é administrar melhor o já construído	2
	Título: Bolsonaro promete apoio à venda da Embraer	4
	Título: Fusão poderia agravar conflitos, diz presidente do Ibama	5
VEÍCULO:	O Estado de S. Paulo	6
	Título: Bolsonaro recua de novo sobre fusão de ministérios	6
	Título: Acordo entre Embraer e Boeing terá aval de eleito	8
	Título: Não se pode improvisar com infraestrutura, diz ex-ministro Joaquim Levy	9

VEÍCULO: O Globo**Data: 02/11/2018****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Fator Lewandowski**

O tempo passa, o tempo voa, o governo Temer está acabando e não consegue privatizar todas as distribuidoras de energia elétrica da Eletrobras.

Venda suspensa...

No caso da Companhia Energética de Alagoas (Ceal), a venda está suspensa desde junho, por decisão do ministro Ricardo Lewandowski, do STF.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 02/11/2018****Seção: Tendências / Debates****Autor: Leão Serva****Título: Mais importante é administrar melhor o já construído**

‘Nãos’ à obra!

Jornalista, ex-secretário de Redação da Folha; administrador, com mestrado em administração pública, e doutor em comunicação e semiótica pela PUC-SP

Terminadas as campanhas eleitorais, a relação de promessas no país inteiro talvez contenha mais obras para os próximos quatro anos do que todas as realizadas ao longo da história do Brasil, desde que Cabral mandou erigir o altar da primeira missa. Políticos brasileiros prometem obras. Nem sempre honram promessas, mas mesmo apequena fração que será cumprida provo cará grande estrago.

Faz cem anos que Washington Luís (1869-1957), um político fluminense estabelecido em São Paulo, adotou o lema "governar é construir estradas". O legado desse presidente da República é terrível: desde então, quase todo político brasileiro defende que governar é construir rodovias, prédios públicos,

hospitais, escolas, creches, pontes, hidrelétricas, ruas, conjuntos habitacionais, torres, enfim, obras, obras, obras.

O exemplo recente mais aberrante desse distúrbio é a Cidade Administrativa de Minas Gerais, obra de quase R\$ 2 bilhões, que substituiu toda a estrutura da administração estadual e concentrou os servidores em uma mesma sede faraônica, na periferia de Belo Horizonte. Desde a inauguração, milhares de funcionários públicos se concentram em longos congestionamentos para idas e vindas ao templo do desperdício.

Esses exemplos abundam no Brasil. Museus importantes queimam por falta de manutenção enquanto outros novos brotam por todo canto. Estradas esburacadas cobrem o território nacional e, ainda assim, novas rodovias estão em construção.

lá há várias décadas, estudo britânico concluiu que novas estradas produzem engarrafamentos que não existiriam sem elas. Levado ao governo, foi responsável pela suspensão do plano de rodovias de Margaret Thatcher (1979-1990). Não é por outra razão que as décadas passam e o sistema viário britânico tem tão poucas alterações.

Agora mesmo, o governo paulista, em fim de mandato, quer implementar um "Macroanel Rodoviário", com traçado três vezes maior que o Rodoanel Mario Covas, ainda inconcluso, mas já congestionado. O custo total ainda não foi definido, mas seu resultado os engenheiros de tráfego já sabem: ficará engarrafado cerca de dois anos após a inauguração.

Uma pessoa ingênua poderia achar que tudo é coincidência. Não é! As empreiteiras de obras públicas brasileiras se incluem entre as maiores do mundo. A investigação policial que as envolveu, a Lava fato, é "o maior escândalo de corrupção do planeta". Obras públicas, na quantidade em que se realizam no Brasil, são uma jabuticaba determinada pela voracidade das empreiteiras em simbiose secular com governantes.

E, entre todas as obras, nada supera uma hidrelétrica em volume de re -cursos investidos. Por isso, agrande excitação por novas e mais longínquas hidrelétricas, apesar de as análises do fim do regime militar terem concluído que nosso parque hídrico já não compensa mais barragens.

O Tribunal de Contas da União já apontou mais de uma vez que a oferta de energia elétrica poderia ser ampliada com investimentos nos equipamentos já instalados. Novas turbinas e melhor aproveitamento dos reservatórios podem ampliar em 23% a produção de usinas com mais de 20 anos. Redução de perdas na distribuição pode gerar ganhos de 19,5%. Essas medidas, somadas,

poderiam gerar oferta adicional correspondente a 2,5 vezes a produção de Belo Monte. Mas são providências cujos contratos não envolveriam as construtoras brasileiras, que não têm essa expertise. Será por isso que não ocorrem?

O Brasil só reduzirá a corrupção quando a gestão pública construir menos e administrar e usar melhor o que já está construído. E isso só ocorrerá quando a opinião pública finalmente disser "nãos" a obras!

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/11/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Bolsonaro promete apoio à venda da Embraer

Rio de Janeiro - O presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) prometeu apoiar acordo entre a americana Boeing e a brasileira Embraer.

Ele afirmou nesta quinta-feira (1º) que no seu governo pode vender áreas da petrobras e buscar parcerias para a empresa manter seus investimentos.

O acordo entre Boeing e Embraer está em discussão pelas duas empresas há meses e o governo Michel Temer esperava a definição da eleição presidencial para apresentar o projeto e encaminhar a parceria.

"A fusão da Embraer com a Boeing continua sem problema algum e sim [vou avaliar] ", disse Bolsonaro a jornalistas em sua primeira entrevista como presidente eleito.

Antes da eleição de Bolsonaro, o ministro da Defesa, general Joaquim Silva e Luna havia dito à Reuters que a parceria seria levada ao grupo de transição para que fosse analisada e aprovada ainda neste governo.

Após a eleição, o futuro Ministro da Defesa, general da reserva Augusto Heleno, afirmou também que via com bons olhos o acordo entre as duas companhias, mas que pretendia conhecer os termos do que está para ser selado.

O governo tem uma "golden share" na Embraer, que lhe dá poderes para aprovar e vetar temas estratégicos para a empresa.

Bolsonaro disse ainda que em seu governo vai buscar parcerias para a petrobras continuar sustentável e capaz de fazer os investimentos necessários. A empresa foi um dos principais alvos de corrupção descobertos pela Operação Lava Jato.

"A petrobras não tem mais capacidade de investir, então tem de buscar fazer

parcerias e vender algumas áreas", disse Bolsonaro ao lembrar que o tempo de vida da energia fóssil pode estar com contado com as novas tecnologias.

O presidente eleito afirmou que pretende manter o calendário de leilões de blocos de petróleo em seu futuro governo, como reivindica o setor.

Sobre a reforma da Previdência, Bolsonaro reconheceu que é difícil os parlamentares aprovarem nas semanas que restam de trabalho neste ano as mudanças na aposentadoria. "Dá para aproveitar alguma coisa [da proposta]."

"Ninguém quer fazer maldade com ninguém, mas algumas reformas, nós temos que obviamente tentar fazê-las, da Previdência é uma. E não é a proposta inicial como o Temer quis lá, mas dá pra aproveitar alguma coisa dela", disse.

Bolsonaro disse que vai analisar melhor a última versão da reforma da Previdência e que na próxima semana estará mais a par para tratar da tentativa de votação.

"Eu sei que é quase que uma ressaca depois das eleições, o Parlamento fica esvaziado, quem perdeu a eleição está mais afastado de Brasília, quem ganhou está comemorando, então tem essa dificuldade para conseguir um quórum qualificado para aprovar uma proposta de emenda à Constituição", disse.

Para ser aprovada, uma PEC precisa dos votos de 308 dos 513 deputados em dois turnos de votação e 49 dos 81 senadores, também em dois turnos de votação.

Reuters

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/11/2018

Seção: Cotidiano

Autor: Rubens Valente

Título: Fusão poderia agravar conflitos, diz presidente do Ibama

Brasília - A presidente do Ibama, Suely Araújo, disse que a fusão do MMA (Ministério do Meio Ambiente) com o Ministério da Agricultura em um governo Jair Bolsonaro "não faz sentido" e deve agravar conflitos na máquina pública, em especial quando fazendeiros reagirem contra operações de fiscalização sobre crimes ambientais.

Ela disse ainda temer o aumento da demora na conclusão de processos de licenciamento ambiental e a repercussão negativa, no exterior, sobre produtos agropecuários produzidos no Brasil.

O Ibama é uma autarquia vinculada ao MMA com poder de polícia ambiental, entre outras atribuições.

"O Ibama não vai deixar de fazer essas operações, qualquer que seja o dirigente do Ibama. A autarquia não vai deixar de fazer seu papel de polícia ambiental. E quando se faz isso diretamente dentro de um ministério que tem ações de fiscalização, uma série de empreendedores vai acionar diretamente lá a Agricultura: "Olha, não me fiscalizem".

E outra parte do ministério vai dizer: "Eu tenho que fiscalizar, é minha função natural". Então não faz sentido. Eu acho que na verdade essa união vai levar a um acirramento dos conflitos, e não atenuação. É minha leitura pessoal", disse Suely.

Em entrevista à Folha na quarta-feira (31), Suely afirmou que, dos cerca de 2,8 mil processos em andamento para licenciamento ambiental no Ibama, apenas 29 têm relação com a Agricultura. A maioria dos processos está relacionada às áreas de infraestrutura e **minas e energia**.

"Só 1% do que a gente trabalha tem a ver com a atividade rural. Quem licencia a agricultura no país são os órgãos ambientais estaduais. Aí o MMA vai estar unido a um ministério que não é o coração das suas atividades. Isso é preocupante do ponto de vista de gestão pública", disse Suely.

Segundo a presidente do órgão, "a pauta do MMA e do Ibama, olhada de forma somada, é toda transversal, tem a ver com vários órgãos da Esplanada. O Ministério da Agricultura é uma interface, mas a gente tem o mesmo tipo de interface ou maior com outros ministérios".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/11/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Bolsonaro recua de novo sobre fusão de ministérios

Após reação negativa de ruralistas, presidente eleito volta a dizer que Agricultura e Meio Ambiente podem ser mantidos separados

O presidente eleito, Jair Bolsonaro, do PSL, indicou ontem que a fusão dos Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura deve ser revista. "Pelo que tudo indica, serão dois ministérios distintos", disse. "Pretendemos proteger o meio ambiente sim, mas não criar dificuldades para o nosso progresso." A declaração foi dada durante entrevista coletiva a emissoras católicas dois dias depois de a

fusão ter sido anunciada pelos futuros ministros Onyx Lorenzoni, da Casa Civil, e Paulo Guedes, da Economia.

A decisão recebeu críticas do agronegócio, que teme prejuízos no comércio internacional, já que países que comprem do Brasil vêm aumentando a pressão por preservação ambiental. Bolsonaro disse ainda que, se mantiver o Ministério do Meio Ambiente, a pasta será comandada por “alguém voltado para a área, sem ser xiita”. A expressão é a mesma usada por ele na semana passada, quando em transmissão ao vivo para redes sociais havia dito que poderia desistir da fusão do órgão com a Agricultura.

Para o presidente eleito, o País é o que “mais protege” o meio ambiente. “O que a gente defende é não criar dificuldade para o nosso progresso”, comentou. Mais tarde, em coletiva a emissoras de TV, Bolsonaro confirmou que ainda não está certa a fusão dos ministérios, pensada para “pacificar” atritos entre as áreas. “Temos mais dois meses para discutir sobre junção da Agricultura com o Meio Ambiente”, afirmou.

O presidente eleito lembrou ainda que não existe unanimidade entre ruralistas sobre a questão, por conta de possíveis “pressões internacionais”. “Estou pronto para voltar atrás, não tem problema nenhum. Não vai ter ninguém com pressão de ONGs, um trabalho xiita. Queremos preservar o meio ambiente, mas não da forma que vem sendo feito ultimamente.”

Durante a campanha eleitoral, Bolsonaro afirmou que o objetivo da fusão era “acabar com a briga entre as duas pastas”. Ele ressaltava, porém, que quem ditaria as regras no novo ministério, resultado da união dos dois, seria a Agricultura. Também afirmou em diversas ocasiões que poria fim à “indústria de multas” e à “fiscalização xiita” imposta aos produtores rurais por autoridades ambientais, como Ibama e ICMBio.

O anúncio da fusão no início da semana provocou protestos na Frente Parlamentar da Agricultura, a chamada bancada ruralista, que é resistente à ideia. O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, chegou a criticar a decisão. Um dos argumentos de Maggi é que o Meio Ambiente trata de questões que não são ligadas ao agronegócio, como energia, infraestrutura, mineração e petróleo, assuntos que seriam de difícil conciliação com a fusão.

“Como um ministro da Agricultura vai opinar sobre um campo de petróleo ou exploração de minérios?”, disse na quarta-feira.

Twitter.

Ontem, a modelo Gisele Bündchen usou o Twitter para pedir ao presidente eleito que não junte os Ministérios do Meio Ambiente com o da Agricultura.

“Como defensora do meio ambiente e cidadã brasileira, preciso manifestar a preocupação com a proposta de união entre os dois ministérios. Dois órgãos de imensa relevância nacional e que têm agendas próprias e, por vezes, incompatíveis”, diz ela na nota endereçada a Bolsonaro.

PEDRO LADISLAU LEITE, MATEUS FAGUNDES, ROBERTA PENNAFORT E CRISTIAN FÁVARO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/11/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Acordo entre Embraer e Boeing terá aval de eleito

Bolsonaro afirmou, em coletiva de imprensa, que a fusão das duas empresas ‘continua sem problemas’

O presidente eleito Jair Bolsonaro se comprometeu ontem a apoiar o acordo na área de jatos comerciais entre a norte-americana Boeing e a brasileira Embraer. Ele afirmou também que seu governo poderá vender áreas da Petrobrás e buscar parcerias para a empresa manter o calendário de investimentos. O acordo entre Boeing e Embraer foi fechado no início de julho, e o governo do presidente Michel Temer esperava a definição da eleição presidencial para aprovar a parceria.

“A fusão da Embraer com a Boeing continua sem problema algum e sim (vou avalizar)”, disse Bolsonaro, em sua primeira entrevista como presidente eleito. O governo tem uma “golden share” na Embraer, que lhe dá poderes para aprovar e vetar temas estratégicos para a empresa. Após a eleição, o futuro Ministro da Defesa, general da reserva Augusto Heleno, já havia afirmado que via com bons olhos o acordo, mas que pretendia conhecer os termos do contrato que está para ser selado.

Petrobrás.

O presidente eleito afirmou ainda que em seu governo vai buscar parcerias para a Petrobrás continuar sustentável e capaz de fazer os investimentos necessários. A estatal virou o centro das atenções na Operação Lava Jato, que apurou desvios relacionados à administração da companhia. Neste ano, apesar de ainda exibir um alto endividamento, a estatal voltou a operar no azul.

“A Petrobrás não tem mais capacidade de investir, então tem que buscar fazer parcerias e vender algumas áreas”, disse Bolsonaro. O presidente eleito afirmou

ainda que pretende manter o calendário de leilões de blocos de petróleo em seu futuro governo, como reivindica o setor.

REUTERS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/11/2018

Seção: Economia

Autor: Júlia Zarembo

Título: Não se pode improvisar com infraestrutura, diz ex-ministro Joaquim Levy

Washington - Ex-ministro da Fazenda e diretor-geral e financeiro do Banco Mundial, Joaquim Levy afirmou que, entre os superministérios anunciados pelos aliados de Jair Bolsonaro (PSL), o de infraestrutura é o que enfrentará mais desafios para ser implementado.

"Não se pode improvisar com infraestrutura", disse, nesta quinta-feira (1º), durante painel sobre perspectivas econômicas e políticas para o Brasil realizado no Conselho das Américas, em Washington.

"É preciso haver uma combinação de planejamento e boa razão econômica."

Segundo reportagem da agência de notícias Reuters, a equipe econômica de Bolsonaro sondou Levy para fazer parte do governo.

O interesse seria de Paulo Guedes, indicado por Bolsonaro para conduzir a área econômica. Ambos têm doutorado em economia pela Universidade de Chicago.

Levy assumiu o Ministério da Fazenda em 2015, durante o segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff. Apelidado de "mãos de tesoura", pediu demissão menos de um ano depois de assumir o cargo, após sofrer sucessivas derrotas dentro do governo principalmente em torno do ajuste fiscal, medida que defendia para reequilibrar as contas públicas. Foi anunciado diretor financeiro do Banco Mundial em 2016.

No evento em Washington, Levy diz também que será preciso definir como a pasta da infraestrutura será financiada e que o investimento do setor privado será importante. Segundo ele, "o Brasil tem uma boa experiência com isso", com um mercado de capitais bem sólido.

Fariam parte do novo superministério as áreas de transportes (rodoviário, ferroviário, aéreo, portuário e hidroviário), mobilidade urbana, saneamento,

energia, petróleo, gás, mineração e telecomunicações, como informou a Reuters na terça (30).

O órgão reuniria competências hoje distribuídas **pelos ministérios de Minas e Energia**; Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Cidades; e Transportes, Portos e Aviação Civil.

O diretor do Banco Mundial também afirmou que, com o novo governo, existe uma chance de que tendências na economia sejam alteradas, com a "possibilidade de que haja alguma liberalização".

"Há muitas oportunidades, desde que sejam resolvidos desafios claros, como reformas, redução de burocracia e a melhoria e simplificação de impostos e que seja dada uma sensação de mais liberdade econômica", disse.

Fariam parte do novo superministério as áreas de transportes (rodoviário, ferroviário, aéreo, portuário e hidroviário), mobilidade urbana, saneamento, energia, petróleo, gás, mineração e telecomunicações, como informou a agência Reuters na terça-feira (30).

MME / ASCOM .